

Presenças e ausências da literatura afro-brasileira nos acervos das bibliotecas do Instituto Federal de Goiás

Larissa Stefane Rodrigues de Lima¹
Made Júnior Miranda²
Maria Aparecida Rodrigues de Souza³

Resumo

As bibliotecas, por meio de seus acervos, disponibilizam conhecimentos que, ao serem utilizados pelos usuários, são capazes de promover desenvolvimento pessoal e social. Portanto, a partir da realidade brasileira, a qual possui sequelas de exclusão racial e sexista, e, também, um histórico de garantia tardia do direito à educação aos afrodescendentes e mulheres, o artigo objetivou identificar as presenças e ausências de autoras de literatura afro-brasileira nos acervos das bibliotecas do Instituto Federal de Goiás. Como procedimento metodológico, a pesquisa caracteriza-se como descritiva. Com esse fim, foi utilizado o catálogo online do Sistema Integrado de Bibliotecas do IFG para realizar a busca das obras de autoras negras e brasileiras constantes no Portal de Literatura Afro-brasileira, o *literafro*, disponível na internet. Após a análise dos dados, foi possível identificar que apenas 7% das obras pesquisadas estão disponíveis nas bibliotecas do IFG, deixando nítida a baixa representatividade da autoria feminina e negra nos acervos. Sendo assim, faz-se necessária uma reflexão sobre o lugar ainda de exclusão e silenciamento que as mulheres negras ocupam e, também, sobre as suas ausências nos acervos das bibliotecas.

Palavras-chave: escrita feminina e negra, literatura afro-brasileira, bibliotecas.

Presence and absences of afro-brazilian literature in the collections of libraries of the Federal Institute of Goiás

Abstract

Libraries, through their collections, make knowledge available that, when used by users, are capable of promoting personal and social development. Therefore, based on the Brazilian reality, which has consequences of racial and sexist exclusion, and also a history of late guarantee of the right to education for Afro-descendants and women, the article aimed to identify the presence and absence of authors of Afro-Brazilian literature in the collections of the libraries of the Instituto Federal de Goiás. As a methodological procedure, the research is characterized as descriptive. For this purpose, the online catalog of the Integrated System of Libraries of the IFG was used to search for the works of black and Brazilian authors listed in the Portal of Afro-Brazilian Literature, the *literafro*, available on the internet. After analyzing the data, it was possible to identify that only 7% of the researched works are available in the IFG libraries, highlighting the low representation of female and black authorship in the collections. Therefore, it is necessary to reflect on the place of exclusion and silencing that black women occupy, and also on their absences in library collections.

Keywords: female and black writing, afro-brazilian literature, libraries.

¹ Mestranda em Educação (UEG); Bibliotecária (IFG); E-mail: larissa.stefane09@gmail.com.

² Pós-doutor em Educação (USP e CAPES); Professor (PUC-GO e UEG); E-mail: made.miranda@ueg.br.

³ Doutora em Educação (USC - Espanha); Bibliotecária; E-mail: maria.souza@ifg.edu.br.

Introdução

O estabelecimento da cultura de padrões de seres humanos aceitáveis pela sociedade é promotora da desigualdade social, uma vez que legaliza a exclusão em detrimento do preconceito. Em decorrência disso, é dificultado o exercício da cidadania àquelas pessoas que não se enquadram nos padrões ditos permitidos. O preconceito, seja ele de cunho de identidade de gênero, de raça, de nível econômico, religioso, dentre outros, ocasiona a discriminação que por sua vez impede o direito de acesso aos bens culturais de maneira igualitária.

No Brasil, o período escravocrata distanciou milhares de afrodescendentes dos seus direitos de vida, liberdade, dignidade, entre outros, manifesto de opressão até os dias atuais. As mulheres negras, nesse contexto, sofrem duplamente a subalternidade das mulheres. Essas, além do preconceito da cor da pele, também tiveram sua imagem construída socialmente e politicamente de um ser frágil, incapaz, submisso e irracional. Nascer nessas condições é ser renegada ao direito à educação, aos bens culturais.

A educação é um direito fundamental resguardado pela Carta Magna, Lei Maior do país, a Constituição Federal (BRASIL, 1988). É pela educação que o cidadão se torna um ser humano crítico e autônomo, capaz de transformar a si e o meio que o cerca. Por seu caráter transformador, foi negado aos empobrecidos, aos afrodescendentes e, por consequência, às mulheres, a educação. Com a não ida das mulheres à escola, o acesso à leitura fica prejudicado, uma vez que saber ler e escrever é um ato complexo e legalizado extraoficialmente aos homens brancos. Como poderia, então, uma mulher negra se desafiar nesse campo? Foi e ainda é um ato de transgressão quando mulheres afrodescendentes se propõem a escrever (SILVA, 2010), pois implica em superar barreiras ainda imperceptíveis à sociedade.

A sociedade tornando pública as escritas das mulheres negras representa uma força capaz de motivar suas semelhantes a ler, escrever e publicar, e, mais do que isso, o rompimento de barreiras que vêm sendo construídas ao longo da história que impedem a essas mulheres o acesso à educação, à cultura e, principalmente, tornar sua voz ouvida por meio da escrita. Nesse sentido, a biblioteca é um importante local para a disseminação dessas obras e de combate à cultura hegemônica.

Assim, o presente artigo tem como objetivo identificar as presenças e ausências de autoras de literatura afro-brasileira nos acervos das bibliotecas do Instituto Federal de

Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG). Como procedimento metodológico, a pesquisa caracteriza-se como descritiva que, segundo Silva e Menezes (2000, p. 21), “visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. O Terminal Sophia Web, catálogo online do Sistema Integrado de Bibliotecas do IFG (SIB/IFG), foi o sistema utilizado para identificar a existência das obras de autoras negras e brasileiras constantes no Portal de Literatura Afro-brasileira, o *literafro*. A busca no Sophia possibilitou a realização da análise descritiva da representação da literatura afro-brasileira, escrita por mulheres negras, a partir da disponibilização dessas nos acervos das bibliotecas do IFG.

O artigo contempla os seguintes temas: a inclusão de mulheres negras na educação, ser mulher e negra na literatura, o espaço da mulher na literatura, lugar de fala da mulher negra na literatura, representatividade da literatura feminina e negra brasileira nas bibliotecas do IFG. O estudo dessa temática caracteriza-se de extrema relevância para a sociedade, sendo possível, a partir dos dados analisados, refletir sobre o lugar de fala da mulher negra na literatura afro-brasileira. Assim, deseja-se contribuir com o conhecimento científico e motivar outros pesquisadores da área a avançarem na temática, com o afim de romper as barreiras da cultura hegemônica.

1. A inclusão de mulheres negras na educação

A cultura da sociedade tende à exaltação de determinados padrões e exclusão do diferente, do “outro”, não cedendo espaço para culturas, povos e características novas ou diferentes. Essas marcas refletem no comportamento das pessoas ao agir, falar, se relacionar e, até mesmo, ler, trazendo prejuízo para a diversidade cultural e causando desigualdade e preconceitos de diferentes tipos: sexista, racista, capacitista, religioso, homofóbico, entre outros.

Alteridade, empatia e compreensão são importantes ferramentas contra-hegemônicas que visam combater o preconceito, e isso é possível ao se colocar no lugar do outro, considerando as características diferentes e, também, ao enaltecer o que o próximo tem de melhor. Porém, segundo Skliar (2003, p. 39), “não temos, nunca, compreendido o ‘outro’. O

temos, sim, massacrado, assimilado, ignorado, excluído [...]”. E essa exclusão se dá de diferentes formas que, embora fingindo sutileza, maltratam intensamente.

No Brasil, fruto de longo e horripilante período escravocrata, por anos foram negados aos afrodescendentes muitos direitos, dentre eles a educação, refletindo prejuízos até os dias atuais. É fácil identificar a discrepância na quantidade de negros e negras nas escolas, universidades ou em altos escalões do mercado de trabalho em relação aos brancos. A jornada dos afrodescendentes pelo direito à educação foi longa, marcada por exclusão e resistência, tendo sido conquistado o direito de frequentar escolas, por lei, apenas a partir da segunda metade do século XX (BARROS, 2018).

Algumas legislações marcaram de forma significativa os avanços educacionais das pessoas negras, como a Lei nº 12.288/2010, a qual institui o Estatuto da Igualdade Racial e garante a igualdade de oportunidades e defesa de direitos; a Lei nº 10.639/2003, a qual inclui a história e cultura africana e afro-brasileira no currículo escolar; a Lei nº 12.711/2012, que instituiu a reserva de vagas em universidades para negros e a Lei nº 12.990/2014, que instituiu a reserva de vagas para negros em concursos públicos. Porém, apesar das garantias, as lutas por democracia racial na educação ainda são muito presentes.

Também é perceptível a subalternidade da mulher na sociedade brasileira, por ser considerada inferior, irracional e incapaz em referência ao sexo masculino, tendo também uma jornada de repressões sociais, silenciamento intelectual e, conseqüentemente, afastamento do ambiente escolar. Assim, apesar da garantia do direito à educação ser conquistado em meados de 1800, as mulheres sofriam repressões sociais que as impediam de ter acesso às escolas e evoluir intelectualmente (SANTIAGO; PIMENTEL, 2014). Com o decorrer dos anos, as mulheres foram ocupando seus lugares na educação como discente e docente, ultrapassando os homens na conclusão do ensino superior (mulheres brancas 23,5% e homens brancos 20,7%), porém ainda ocupando poucos cargos decisivos e recebendo menores salários em relação ao gênero oposto (IBGE, 2018). Esses índices ainda revelam a diferença entre mulheres brancas e negras com ensino superior, sendo as primeiras 23,5% e as últimas apenas 10,4%.

Assim, apesar das evoluções aqui consideradas, as lutas pela inclusão de mulheres negras na educação ainda têm muito a evoluir. E, a escola exerce um importante papel social, devendo ser capaz de identificar comportamentos que excluem e educar de forma inclusiva,

cedendo direito de voz aos povos fadados à negação e silenciamento, para que a cada geração essas marcas se reduzam.

Uma educação inclusiva vai contra a ideologia de uma educação bancária criticada por Paulo Freire (2011). Para esse educador, a educação bancária se refere ao exercício do professor em depositar no aluno um conhecimento considerado correto e invariável e esperar a sua reprodução, sem haver interferência do discente no conteúdo ou nas reflexões, e ainda é fortemente presente nas escolas.

Para que mudanças ocorram, é primordial que a educação deixe a prática “bancária” e passe a valorizar diálogos de inclusão e construção de uma educação reflexiva e emancipatória. Assim, “a práxis, porém, é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela, é impossível a superação da contradição opressor-oprimidos” (FREIRE, 2011, p. 52).

Dessa forma, essas mudanças devem ir além da burocratização, da inclusão no currículo, em leis e da comemoração em um dia específico no calendário, mas uma abertura de visão na perspectiva do outro (SKLIAR, 2003). A inclusão da mulher negra na educação perpassa pelo rompimento de ideologias arraigadas em culturas preconceituosas que desqualifica o ser humano em detrimento ao gênero ou à cor de pele. Ao ser negado à mulher negra o direito à formação, ao acesso à informação e ao conhecimento sua autoria está comprometida.

2. Ser mulher e negra na literatura

Ser mulher, negra e escritora no campo da literatura é o mesmo que caminhar pelas veredas da ciência. É um espaço que está sendo conquistado com duras e esparsas lutas. Compreender esse movimento requer dos estudiosos dessa temática enveredar pelas pesquisas que tratam da presença da mulher na literatura e qual a cor da pele dessas. Portanto, nos subtópicos seguintes, explanaremos o marco teórico da escrita feminina negra.

2.1. *O espaço da mulher na literatura*

A arte de escrever e publicar foi durante décadas exclusividade de homens brancos e eurocêntricos. Segundo Silva (2010, p. 20), “só entre os séculos XVIII e XIX começaram a

aparecer mulheres escritoras na tradição literária europeia” e, ainda assim, eram relativamente poucas e sofriam preconceitos.

O ato de escrever, segundo Gutiérrez Estupiñán (2004, p. 33), era “[...] um cânone quase exclusivamente masculino e predominantemente do primeiro mundo, europeu e da classe dominante [...]”, não fazendo parte da realidade de mulheres, pessoas de baixa renda, negras ou com pouca instrução, cabendo a estas apenas silenciar, consumir o produto da classe privilegiada e ser objeto das suas produções literárias.

A literatura feminina veio à tona no sentido de transgredir o que era a “regra”. Assim, as mulheres, ao escrever, “vislumbram outros mundos, outras vidas e outros homens e mulheres através da estética textual” (SILVA, 2010, p. 22), desconstruindo a cultura estereotipada do seu papel de mulher subalterna e dando voz às suas palavras, à sua história, à sua vida. Dessa forma, Silva (2010, p. 23) ressalta que

[...] a “literatura feminina” não se configura por tentar sobrepor-se àquela produzida pelos homens ou pelo seu estilo e forma, ou como expressão de uma possível “subjetividade feminina”, ou ainda tão somente por ser escrita por mulheres, mas pelas suas temáticas e representações de personagens femininas, tensionadas e nutridas pelos desejos de autonomias políticas e culturais e pelos anseios por conquistas do espaço público. Desse modo, é uma textualidade que se pretende “transgressora” e “revolucionária”, uma vez que almeja quebrar com tramas opressivas e de aprisionamentos do pensamento masculino, já postos pela linguagem, por conseguinte pela comunicação, concepções de mundo e pelas relações de poder.

Assim, quando uma mulher escreve, ela está representando a liberdade de pensamento e exaltando a racionalidade e inteligência de todas as outras, características femininas pouco valorizadas, além de incentivar a escrita para que as outras também continuem a transgredir as barreiras impostas pelo machismo eurocêntrico na literatura e atuem de forma emancipada. E, as palavras de Evaristo (2007, p. 21) representam muito essa atuação, ao dizer que

Talvez, estas mulheres (como eu) tenham percebido que se o ato de ler oferece a apreensão do mundo, o de escrever ultrapassa os limites de uma percepção da vida. Escrever pressupõe um dinamismo próprio do sujeito da escrita, proporcionando-lhe a sua auto-inscrição no interior do mundo.

Assim, compreendemos que os atos de ler, escrever, publicar e transformar são essenciais para o desenvolvimento humano pessoal e de toda a sociedade. As mulheres devem, cada vez mais, tomar posse desse espaço ainda ocupado por poucas e subestimado por muitos.

2.2. *Lugar de fala da mulher negra na literatura*

Como abordado anteriormente, são muitas as barreiras impostas com relação à visibilidade da mulher na literatura e, ainda mais, se esta for negra. Sim, a cor da pele tem um grande impacto também na perspectiva da leitura, escrita, publicação e, até mesmo aceitação ou não de um texto. Isso porque as oportunidades outorgadas às mulheres brancas não são as mesmas, nem mesmo parecidas com as conferidas às mulheres negras. Durante décadas, enquanto mulheres brancas tinham o direito à educação, a ir e vir, ter propriedades e disposição de algum tempo para leitura, mulheres negras foram exploradas moral, social e sexualmente, sem direito à educação, ir e vir, sendo imputadas exclusivamente ao trabalho, na maioria das vezes não remunerado.

A escravização dos afrodescendentes foi legalmente abolida, em muitos países, há alguns anos, porém os seus impactos são incalculáveis e transpassam o tempo, refletindo suas mazelas até a atualidade nos direitos e modos de viver das pessoas negras. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 (CF/88) garante a todos o direito à educação, porém, apesar de ter acesso, a população negra não goza de subsídios necessários para permanência na escola e, conseqüentemente, a maioria não obtém sucesso social, profissional e intelectualmente. No Censo do IBGE (2018), é possível ver a discrepância do acesso à educação por pessoas brancas e negras.

Assim, a leitura e a escrita foram por muito tempo negadas aos afrodescendentes, os quais carregam estereótipos de seres irracionais. As mulheres negras, em especial, segundo bell hooks⁴ (1995), são vistas como para servir, as quais têm sempre as tarefas domésticas e compromisso com a criação dos filhos como prioridade e o trabalho mental como secundário, se houver algum tempo sobrando e não estiverem tão cansadas das demais atividades, fruto de uma socialização sexista. Outra visão das mulheres negras, segundo bell hooks (1995), configura-se no aspecto sexual, vistas como extremamente erotizadas e descontroladas em seus desejos, sendo até mesmo comparadas a animais, distanciando-se da capacidade intelectual.

Nessa perspectiva, de acordo com bell hooks (1995, p. 468):

⁴ O nome de bell hooks é empregado neste texto com iniciais minúsculas em respeito à própria autora, a qual criou o nome em homenagem a sua avó e preferiu grafá-lo desta maneira como forma de se posicionar politicamente, buscando romper as convenções linguísticas e acadêmicas, ao dar enfoque ao seu trabalho e não à sua pessoa.

[...] dentro do patriarcado capitalista com supremacia branca, toda a cultura atua para negar às mulheres a oportunidade de seguir uma vida da mente, torna o domínio intelectual um lugar interdito. Como nossas ancestrais do século XIX só através da resistência ativa exigimos nosso direito de afirmar uma presença intelectual. O sexismo e o racismo atuando juntos perpetuam uma iconografia de representação da negra que imprime na consciência cultural coletiva a ideia de que ela está neste planeta principalmente para servir aos outros. Desde a escravidão até hoje o corpo da negra tem sido visto pelos ocidentais como o símbolo de uma presença feminina natural orgânica mais próxima da natureza animalística e primitiva [...] as negras têm sido historicamente vistas como encarnação de uma perigosa natureza feminina que deve ser governada. Mais que qualquer grupo de mulheres nesta sociedade as negras têm sido consideradas somente corpo sem mente. A utilização de corpos femininos negros na escravidão como incubadoras para a geração de outros escravos era a exemplificação prática da ideia de que as mulheres desregradas deviam ser controladas. Para justificar a exploração masculina branca e o estupro das negras durante a escravidão, a cultura branca teve de produzir uma iconografia de corpos de negras que insistia em representá-las como altamente dotadas de sexo, a perfeita encarnação de um erotismo primitivo e desenfreado. Essas representações incutiram na consciência de todos a ideia de que as negras eram só corpo sem mente. A aceitação cultural dessas representações continua a informar a maneira como as negras são encaradas. Vistas como símbolo sexual os corpos femininos negros são postos numa categoria em termos culturais tida como bastante distante da vida mental.

Dessa forma, a sociedade sexista e machista tem determinado o lugar da mulher negra, até onde ela pode chegar e onde é ou não o seu lugar, como afirma Almeida (2020, p. 41), “a combinação de racismo e sexismo perpetuam violências silenciosas que agem historicamente, desenhando o campo intelectual como um não lugar para as mulheres negras”.

Porém, ao ultrapassar essas barreiras impostas, a mulher negra ao escrever transgride fronteiras materiais e simbólicas pois, está desempenhando o que toda a sociedade acredita não ser capaz (ALMEIDA, 2020). E, assim, em suas palavras insurgentes, há marcas dos momentos de opressão racista e sexista que vive ou viveu e que representa outras negras, as quais se identificam com as experiências relatadas e têm a possibilidade de ter uma esperança de também poder escrever e transformar. Isso, entendemos por *escrevivências*, termo engendrado por Conceição Evaristo, linguista e escritora brasileira, a qual em sua fala representa muito esse aspecto ao dizer que “[...] quando escrevo, quando invento, quando crio a minha ficção, não me desvencilho de um corpo mulher-negra em vivência e que por ser esse ‘o meu corpo, e não outro’, vivi e vivo experiências que um corpo não negro, não mulher, jamais experimenta” (EVARISTO, 2009, p. 18). Assim, a escrita feminina e negra é um espaço de abertura para o conhecimento das próprias experiências e também de reivindicação, de transgressão, de ocupação de um lugar outrora negado e ainda de muita resistência.

No ímpeto de identificar a presença da literatura feminina e negra como forma de transgressão ou de perpetuação dos padrões culturais de uma sociedade homogeneamente branca e masculina no meio literário, buscaremos no próximo item conhecer a possível representatividade desse gênero em uma biblioteca.

3. Representatividade da literatura feminina e negra brasileira nas bibliotecas do Instituto Federal de Goiás

A biblioteca, desde a Antiguidade, é responsável por reunir obras, conhecimento e informações. Inicialmente vista como um “depósito” de livros, as percepções de biblioteca, com o passar dos anos, foram evoluindo, não sendo mais considerada um local onde as informações são estáticas, mas sim um centro de informações em que há dinâmica na criação e no compartilhamento do conhecimento e está em constante crescimento, acompanhando e progredindo com as necessidades informacionais dos usuários (PAJEÚ; ALMEIDA, 2020). Assim, “a biblioteca passou a acolher, além do ser humano, o ser social, que compartilha, que troca e que busca nas fontes, o conhecimento, que não está apenas registrado em livros, mas em diversos suportes em uma rede que integra pessoas e novas aprendizagens” (MORO; ESTABEL, 2011, p. 13-14).

A Biblioteconomia surge em ainda no século XIX com o fim de gerenciar os acervos, seja físico ou virtual, executando a catalogação, classificação, estudo de usuários, recuperação de informação, e outras atividades que contribuem para que as necessidades informacionais dos usuários sejam supridas de forma prática e dinâmica, sendo o bibliotecário o profissional responsável por essas atribuições (AMARAL; CORRÊA, 2018).

A biblioteca inserida na escola, denominada biblioteca escolar, tem muito que contribuir, pois “detém uma maior responsabilidade no processo de ensino aprendizagem, sendo crucial no incentivo à leitura e na formação do estudante como sujeito cidadão dentro de uma sociedade” (PAJEÚ; ALMEIDA, 2020, p. 9). A Lei nº 12.244/2010 institui a obrigatoriedade de ter bibliotecas em todas as instituições de ensino, sejam públicas ou privadas, com bibliotecário. Porém, apesar da disposição legal, ainda há muito o que evoluir nesses quesitos.

Com o afã de descrever as condições de inserção da literatura feminina e negra no espaço escolar, selecionamos para estudo as bibliotecas do IFG. O IFG é uma instituição de ensino superior, básica e profissional, criada em 2008 pela Lei nº 11.892. A instituição tem por finalidade “formar e qualificar profissionais para os diversos setores da economia, bem como realizar pesquisas e promover o desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e com a sociedade [...]” (IFG, 2022). Além do ensino técnico integrado ao ensino médio, o IFG oferece cursos na educação superior, mestrado profissional e especialização *lato sensu*. Também há cursos de extensão, de formação profissional de trabalhadores e da comunidade, de Formação Inicial e Continuada (FIC), e de educação a distância (IFG, 2022). O Instituto possui 14 Câmpus em diferentes municípios do Estado de Goiás, sendo em Anápolis, Formosa, Goiânia, Inhumas, Itumbiara, Jataí, Luziânia, Uruaçu, Aparecida de Goiânia, Cidade de Goiás, Águas Lindas, Goiânia Oeste, Senador Canedo e Valparaíso. Detalharemos a seguir os espaços do SIB/IFG.

3.1. *Literatura feminina e negra brasileira nas Bibliotecas do Instituto Federal de Goiás*

Com o fim de atender a demanda informacional de pesquisa, ensino e extensão dos docentes, discentes e profissionais da educação do IFG, todos os Câmpus possuem bibliotecas, as quais gerenciam seus acervos de forma funcional e interligada por meio do SIB/IFG, tornando-se uma rede. Por meio desse sistema há possibilidade de padronização dos recursos informacionais oferecidos em cada Câmpus, garantindo que a comunidade como um todo tenha acesso aos mesmos serviços e com qualidade semelhante.

Para que ocorra a igualdade de acesso e padronização de serviços, o acervo das bibliotecas do IFG é gerenciado pelo sistema SophiA, software especialista em administrar acervos. Além de colaborar com a rede de bibliotecas, o SophiA permite a realização de empréstimos e devoluções, catalogação e classificação de materiais informacionais, controle de aquisições e doações, geração de inventários, sistema de busca e recuperação, entre outros serviços. O sistema de busca via terminal Sophia Web, de acesso público, nos permite conhecer todo o acervo que constitui as bibliotecas do IFG.

3.1.1. Procedimentos metodológicos

Com a finalidade de atingir o objetivo de identificar as presenças e ausências de autoras de literatura afro-brasileira nos acervos das bibliotecas do IFMG, foi utilizado o catálogo online do SIB/IFMG, onde é possível realizar a busca de obras de todas as bibliotecas do IFMG pelo título, autor, editora, ISBN/ISSN ou série. Considerando o caráter integrador das bibliotecas do SIB/IFMG, a localização de uma obra em determinado Câmpus é significativa para toda a instituição, visto que é viável o empréstimo entre as bibliotecas, sendo possível a complementação do acervo umas das outras.

Para tal pesquisa, as buscas foram realizadas pelos nomes das autoras. A seleção dessas escritoras teve como referência o rol de autores e autoras afro-brasileiros constantes na antologia “Literatura e afrodescendência no Brasil” (2011) e também disponibilizados no Portal de Literatura Afro-brasileira, o *literafro*, atualizado pela última vez em 25 de julho de 2022. Sua página na internet foi desenvolvida pela Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. O Portal, na ocasião da nossa pesquisa, ocorrida em agosto de 2022, continha mais de 150 autores e autoras desde o século XVIII até a atualidade. O objetivo do *literafro* é ser um

Espaço de divulgação, estímulo à pesquisa e à reflexão sobre a literatura dos afrodescendentes. Lugar rizomático, elo e ponto de encontro. Mas, também, ambiente lacunar, feito de presenças e ausências, que adquire sentido pelo que apresenta e pelo que ainda está por vir e apresentar. Espaço em construção, aberto sempre a visitas e intervenções (TANUS, 2018, p. 99).

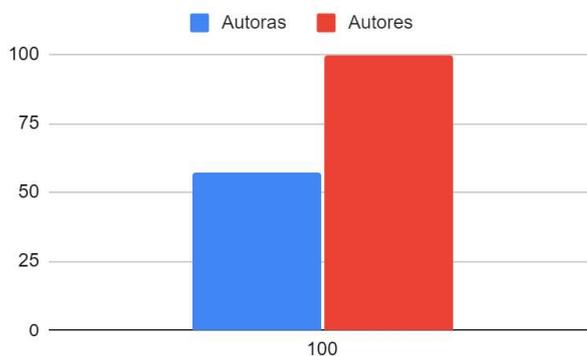
Dessa forma, o Portal constituiu-se um importante ponto de partida para a pesquisa, uma vez que configura-se um espaço de construção e perpetuação de memórias, as quais vão sendo desenvolvidas dia após dia. Portanto, o *literafro* não é um índice fechado, não possui todos os autores da literatura afro-brasileira pois, assim como em bibliotecas, não é o propósito esgotar o conhecimento e sim representá-lo da melhor forma, sempre refletindo “sobre o que é conservado como legado e o que, por motivos mais ou menos conhecidos, não é” (TANUS; TANUS, p. 254, 2020). Assim, o Portal é um espaço em constante evolução visando a “divulgação e estímulo à pesquisa e reflexão sobre a produção literária de autoria negra” (TANUS; TANUS, p. 254, 2020), possibilitando a realização de estudos por pesquisadores, professores e bibliotecários.

Para realizar o diagnóstico das presenças e ausências de autoras de literatura afro-brasileira nos acervos das bibliotecas do IFG, a partir das obras de cada escritora constante no Portal *literafro*, foram consideradas apenas as obras literárias (romances, contos, infantil, juvenil, teatro) de publicação individual, desconsiderando assim aquelas publicadas em coautoria e as de não-ficção. O levantamento foi organizado em uma planilha do *Excel*, visando a sistematização dos dados das autoras encontrados no catálogo online do SIB/IFG.

3.1.2. Resultados: análise e discussão de dados

A partir dos procedimentos metodológicos adotados, foram identificados no Portal *literafro* 157 autores e autoras afrodescendentes, sendo 100 do sexo masculino e 57 do sexo feminino, representando assim 64% e 36%, respectivamente, conforme o Gráfico 1. Assim, percebe-se o predomínio do sexo masculino na escrita afro-brasileira constante no Portal.

Gráfico 1 – Sexo dos autores e autoras afro-brasileiras



Fonte: elaborado pelos autores. 2022.

Em relação às 57 autoras negras identificadas, totalizou-se 235 obras individuais. Essas foram submetidas à pesquisa no catálogo online do SIB/IFG. Obteve-se por resultado a quantidade de 17 obras nas bibliotecas do IFG. Percebe-se então a existência de apenas 7% de obras de autoria feminina afro-brasileira constante no Portal *literafro* e nas bibliotecas do IFG, conforme o Gráfico 2:

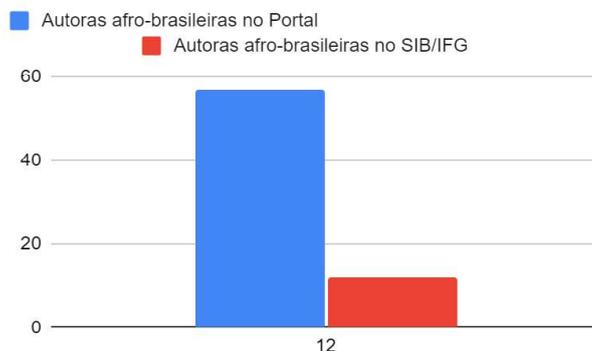
Gráfico 2 – Obras de autoria feminina afro-brasileira no SIB/IFG em relação ao total de obras disponíveis no Portal *literafro*



Fonte: Elaborado pelos autores. 2022.

Destaca-se ainda que, das 57 autoras de literatura afro-descendente, apenas 12 são representadas no acervo das bibliotecas do SIB/IFG, conforme Gráfico 3, sendo elas Ana Maria Gonçalves (1 obra), Carolina Maria de Jesus (1 obra), Cidinha da Silva (1 obra), Conceição Evaristo (4 obras), Cristiane Sobral (1 obra), Esmeralda Ribeiro (2 obras), Heloisa Pires Lima (1 obra), Maria Stella de Azevedo Santos (1 obra), Maria Firmina dos Reis (1 obra), Maria Helena Vargas da Silveira (1 obra) e Mel Adún (1 obra). Dessa forma, percebe-se que a autora melhor representada no acervo das bibliotecas do SIB/IFG é Conceição Evaristo, com quatro obras, sendo elas *Becos de memória* (2018), *Olhos d'água* (2018), *Ponciá Vivêncio* (2018) e *Questão de Pele: contos sobre preconceito racial* (2009).

Gráfico 3 – Autoras afro-brasileiras no Portal *literafro* em relação à autoras afro-brasileiras no SIB/IFG

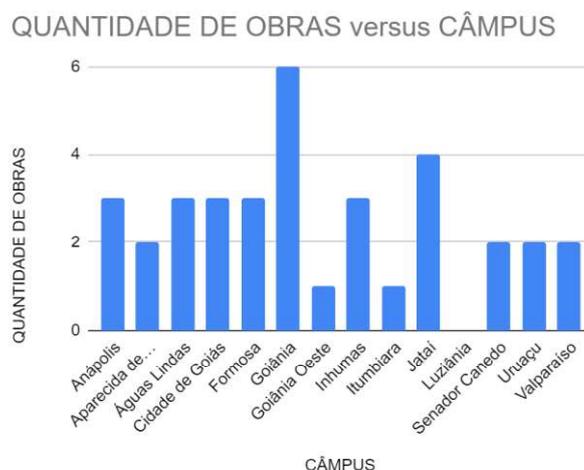


Fonte: Elaborado pelos autores. 2022.

Também, por meio da busca no catálogo online do SIB/IFG, foi possível identificar que as obras de Conceição Evaristo têm exemplares disponíveis em sete (7) Câmpus do IFG, sendo eles em Formosa, Goiânia, Senador Canedo, Águas Lindas, Uruaçu, Inhumas e Itumbiara. E, apesar das obras de Conceição Evaristo ganharem em quantidade de títulos, a obra que tem exemplares em mais Câmpus do IFG é de Carolina Maria de Jesus, sendo a obra Quarto de Despejo (1960). Ela está disponível em oito (8) bibliotecas, localizadas em Anápolis, Águas Lindas, Goiânia, Valparaíso, Cidade de Goiás, Jataí, Formosa e Inhumas.

Já em relação aos Câmpus do IFG, percebe-se que o Câmpus de Goiânia é o que mais possui obras de autoras afro-brasileiras entre as constantes no Portal *literafro*, de acordo com o Gráfico 4:

Gráfico 4 – Quantidade de obras de autoras afro-brasileiras constantes no Portal *literafro* por Câmpus SIB/IFG



Fonte: Elaborado pelos autores. 2022.

Para estudo futuro, caberia investigar o que motivou aquisição dessas obras pela Instituição, quais seriam as razões político-pedagógicas. A representatividade das obras também pode estar vinculada ao ano de implantação de cada Câmpus, que varia de 116 a 8 anos de existência. A presença da literatura feminina negra é mais acentuada nos dois Câmpus mais antigos do IFG, Goiânia e Jataí. A Lei nº10.639/2003, que inclui a história e cultura africana e afro-brasileira no currículo escolar, carece de revisitação pelo SIB/IFG visando garantir a efetivação da Lei na Instituição bem como a equidade e igualdade no campo editorial e no processo ensino-aprendizagem.

Mediante os dados coletados, a representação da escrita feminina afro-brasileira nas bibliotecas do IFG, considerando as obras constantes no Portal *literafro*, é insignificante pois apenas 7% dos títulos são contemplados nos acervos do SIB/IFG. Isso reflete a pequena representatividade da escrita feminina e negra na sociedade brasileira, pois além de ser menor a quantidade de publicações de autoria de mulheres afrodescendentes em relação às mulheres brancas, o pouco que há ainda não é prioridade na seleção de leitores, professores e bibliotecários. Os nomes das autoras que constam no *literafro* ainda são desconhecidas no universo escolar brasileiro se considerarmos o acesso maior das pessoas ao livro e a literatura pelas portas das bibliotecas escolares e universitárias. Pode-se dizer que o silenciamento e apagamento sofridos por negros e negras por muito tempo, ainda está presente nos dias atuais,

pois a escrita e a leitura são importantes ferramentas para a transgressão de preconceitos e ocupação de lugares outrora negados, além de deixar um legado de força e resistência para as próximas gerações. Assim, segundo Cruz e Tofanelo (2019, p. 119),

A escrita oriunda de mãos negras recupera um passado que traz sobre si as cicatrizes e as marcas da escravidão, mas, para além disto, recupera e reafirma identidades supostamente perdidas, ressignifica as vidas negras e visibilizam as muitas heroínas/heróis negras/os que tanto lutaram em favor das/os suas/eus, nomes tão esquecidos pelo discurso oficial eurocêntrico-hegemônico.

Dessa forma, a biblioteca exerce papel importante na manutenção ou não da cultura hegemônica, isso porque a partir da leitura o sujeito tem acesso a informações que o fazem refletir sobre o mundo que vive, fazendo relações do que lê com a sua realidade e refletindo nas suas ações. Portanto, “essa ausência da literatura afro-brasileira nos acervos das bibliotecas impactam os processos de construção da identidade dos sujeitos, em que uma das vias se dá pela leitura literária” (TANUS; TANUS, 2018, p. 3913).

Nesse sentido, deve-se cada vez mais reconhecer a importância da inclusão de livros de autoria feminina e negra nas bibliotecas de instituições de ensino, pois não são obras quaisquer, mas representam mulheres que foram capazes de ultrapassar as barreiras impostas pela sociedade, pelo machismo e racismo e se dispuseram a trazer à tona escritas de coragem e esperança que podem transformar o pensamento humano e a cultura racista e sexista da sociedade.

Considerações finais

O percentual de presença da literatura escrita por mulheres negras, visualizado tanto no Portal *literafro* (57) quanto no Sophia Web do SIB/IFG (17) demonstra a permanência da invisibilidade dessas mulheres, mesmo com as leis brasileiras que lhes autorizam sair do casulo. A participação das mulheres negras na literatura ainda é discriminada, ficando à margem do processo editorial devido a questões racistas e sexistas veladas na sociedade atual.

A identificação das presenças e ausências de autoras de literatura afro-brasileira nos acervos das bibliotecas do IFG, tendo por referencial o Portal *literafro* e por objetivo geral da pesquisa, nos permitiu chegar a conclusão de que é possível o estudante ter acesso a 7% das

obras literárias do grupo selecionado para estudo. É um montante pouco significativo ao saber da existência de um número maior de autoras com essas características que não são de conhecimento do IFG e de outras instituições de ensino.

Considerando o exposto, a ocupação da literatura por mulheres negras nos espaços das bibliotecas, garantido por Lei, deve continuar como ponto de pauta nos movimentos de luta contra a cultura hegemônica, racista e sexista que perdura na sociedade atual. Faz-se necessário também o estudo contínuo acerca da exclusão e silenciamento da escrita feminina e negra representada pelas ausências nos acervos das bibliotecas.

O estudo contribui com temática uma vez que indica caminhos para se chegar a literatura escrita por mulheres afro-descendentes ao acessar os catálogos das bibliotecas, embora em número pequeno. O resultado da pesquisa deixa por dica aos bibliotecários colocar na política de indexação descritores que dê visibilidade maior a esse tipo de autoria, possibilitando aos usuários o contato com a obra já no processo de busca.

Referências

ALMEIDA, Marisangela Lins de. Em legítima defesa: a escrita feminina negra como enfrentamento e transgressão. *Revista Teias*, v. 21, n. 62, p. 38-49, 2020.

AMARAL, Fernanda Vasconcelos; CORRÊA, Elisa Cristina Delfini. Contribuições da Biblioteconomia e Ciência da Informação para a gestão de bibliotecas universitárias. *RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, v. 18, p. e020008-e020008, 2020.

CRUZ, Rosângela Aparecida Cardoso da; TOFANELO, Gabriela Fonseca. Entre presenças e ausências: vozes negras na literatura brasileira contemporânea. *InterteXto*, v. 12, n. 2, p. 102-122, 2019.

HOOKS, Bell. Intelectuais negras. *Estudos feministas*, v. 3, n. 2, p. 464, 1995.

EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe: um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: ALEXANDRE, Marcos Antônio (Org.). *Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces*. Belo Horizonte: Mazza, 2007, p. 16-21.

EVARISTO, Conceição. Literatura Negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. *Scripta*, Belo Horizonte, n. 25, v. 13, 2. sem., 2009, p. 17-31.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 50. ed. Rev. e atual: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GUTIÉRREZ ESTUPIÑÁN, Raquel. *Una introducción a la teoría literario feminista*. México: Instituto de Ciencias Sociales y Humanidades Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 2004.

MORO, Eliane Lourdes da Silva; ESTABEL, Lizandra Brasil. Bibliotecas escolares: uma trajetória de luta, de paixão e de construção da cidadania. In: MORO, Eliane Lourdes da Silva. *Biblioteca escolar: presente*. Porto Alegre: Editora Evanograp/CRB-10, 2011. p. 33-45. Disponível em: http://www.poa.ifrs.edu.br/images/Documentos/livro_curso_biblioteconomia_biblioteca_escolar_presente.pdf. Acesso em: 01 set. 2019.

PAJEÚ, Hélio Márcio; ALMEIDA, Arthur Henrique Feijó de. A mediação cultural na biblioteca escolar e o bibliotecário infoeducador. *RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, v. 18, p. e020025-e020025, 2020.

SANTIAGO, Micaela de A.; PIMENTEL, Mariana Ramos. *A mulher na educação brasileira: do direito prescrito ao conquistado*. 2014.

SKLIAR, Carlos Bernardo. A educação e a pergunta pelos Outros: diferença, alteridade, diversidade e os outros “outros”. *Ponto de Vista: revista de educação e processos inclusivos*, n. 5, p. 37-49, 2003. Disponível em: https://www.academia.edu/download/31731483/1244-15464-1-PB_1_.pdf. Acesso em: 23 jul. 2022.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. Florianópolis: UFSC/ PPGEP/LED, 2000.

SILVA, Ana Rita Santiago da. Literatura de autoria feminina negra: (des) silenciamentos e ressignificações. *fólio-Revista de Letras*, v. 2, n. 1, 2010. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/folio/article/view/3622>. Acesso em: 23 jul. 2022.

TANUS, Gustavo. Literafro— o portal da literatura afro-brasileira e sua re-configuração, entrevista com o idealizador do projeto, Prof. Dr. Eduardo de Assis Duarte. *Signo*, v. 43, n. 76, p. 99-102, 2018.

TANUS, Gustavo; TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho. *As bibliotecas públicas e a importância da formação e desenvolvimento dos acervos de literatura afro-brasileira*. 2018.

Recebido em: 24 set. 2022

Aceito em: 15 set. 2023